

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO –
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2019**



Procurador Jurídico

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

CONHECIMENTOS ESPÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 01

Determinado cidadão, munido de carteira de trabalho e título de eleitor, dirigiu-se a uma repartição pública, tendo protocolado pedido de certidão para esclarecimento de situação de interesse pessoal. Considerando a hipótese apresentada, é correto afirmar que:

- A) O direito de obter a certidão independe do pagamento de taxas, conforme assegurado na Constituição Federal.
- B) O dever de expedir a certidão depende da justificativa de interesse público ou relevante interesse social apresentada pelo cidadão.
- C) A Constituição Federal estabelece que as certidões para a defesa de interesses pessoais devem ser fornecidas mediante *habeas data*.
- D) A certidão será negada, pois o cidadão deve apresentar seu registro no Cadastro de Pessoas Físicas para peticionar, conforme exige a Constituição Federal.

Questão 02

Marcondes, brasileiro naturalizado, nascido em 1998, reside no município de Campinas, estado de São Paulo e é servidor público concursado federal. Considerando as regras atinentes aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, é possível afirmar que Marcondes:

- A) Não pode ser eleito Vereador em Campinas.
- B) Não pode ser eleito Governador de São Paulo.
- C) Pode ser eleito Senador, devendo se afastar do cargo efetivo.
- D) Pode ser elegível, salvo na hipótese de ocupar cargo efetivo militar.

Questão 03

Em relação ao sistema tributário nacional, suponha que o município Beta tenha instituído um serviço público de natureza específica e divisível, estabelecendo, ainda, uma taxa pela efetiva utilização do serviço por parte do cidadão. Na hipótese narrada, é correto afirmar que:

- A) Somente a União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir serviços públicos de natureza específica e divisível.
- B) A tarifa, também chamada preço público ou taxa, deve ser cobrada dos cidadãos, pela mera disponibilidade do serviço.
- C) O município não pode instituir taxa, devendo instituir a contribuição de melhoria para os cidadãos beneficiados pelo serviço.
- D) A criação da taxa pela efetiva disponibilização do serviço público de natureza específica e divisível tem amparo constitucional.

Questão 04

Considere que o rio Alfa tenha sua nascente no estado da Bahia, a maior parte de seu percurso sobre o estado de Minas Gerais e, ainda, deságue em outro rio maior com nascente no estado do Espírito Santo. Na hipótese narrada, considerando o que dispõe a Constituição Federal quanto aos bens públicos, o rio Alfa é considerado bem:

- A) Da União.
- B) Do estado da Bahia.
- C) Do estado de Minas Gerais.
- D) Do estado do Espírito Santo.

Questão 05

Nos termos da Constituição Federal, “fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar” e “estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito” são:

- A) Ambas, competência privativa da União.
- B) A primeira, competência privativa dos Estados e a segunda, competência dos Municípios.
- C) A primeira, competência privativa dos Municípios e a segunda, competência dos Estados.
- D) Ambas, competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 06

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gama, município brasileiro com mais de 500 mil habitantes, constatou que o montante da despesa com a remuneração dos Vereadores alcançou 4,5% da receita do município. Na situação hipotética, pode-se afirmar que:

- A) A despesa com a remuneração total dos Vereadores deve se limitar a 75% da receita municipal.
- B) O incremento de 1% na despesa com a remuneração dos Vereadores fere a Constituição Federal.
- C) O subsídio de cada Vereador não pode ultrapassar 60% do subsídio dos Deputados do Estado correspondente.
- D) O limite da despesa total com os Vereadores, em relação à receita do Município, guarda proporção com o tamanho da população local.

Questão 07

No ano de 2016 foi instituído o que se denominou Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com vigência por vinte exercícios financeiros. No caso de descumprimento de limites do Novo Regime Fiscal, aplica-se, ao Poder Executivo ou a órgãos elencados na norma, sem prejuízo de outras medidas, a seguinte vedação:

- A) Criação de despesas não obrigatórias.
- B) Reposições de cargos decorrentes de vacâncias de cargos efetivos.
- C) Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
- D) Concessão de reajustes derivados de sentença judicial transitada em julgado.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 08

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo município Delta, seguiu diretrizes gerais fixadas em lei, e teve por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. É correto afirmar que o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana denomina-se:

- A) Lei Orgânica.
- B) Plano Diretor.
- C) Estatuto da Cidade.
- D) Código de Posturas.

Questão 09

A educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família, conforme dispõe a Constituição Federal. Nesse sentido, é possível afirmar que o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais, **NÃO se inclui**:

- A) Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- B) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- C) Igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola.
- D) Ingresso na carreira docente exclusivamente por concurso de provas ou provas e títulos.

Questão 10

Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, “o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses” define:

- A) Dívida pública mobiliária.
- B) Limite de operação de crédito.
- C) Limite de concessão de garantia.
- D) Dívida pública consolidada ou fundada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11

O Código de Posturas do Município de Suzano prevê a imposição de multa a estabelecimento comercial que coloque mesas e cadeiras sobre a calçada, impedindo a passagem de pedestres. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- A) A cobrança da multa sujeita-se ao atributo da autoexecutoriedade.
- B) O poder hierárquico do Município é o fundamento do Código de Posturas.
- C) A aplicação da multa é decorrência do exercício do poder de polícia municipal.
- D) O Município deve observar, quanto ao tema, o que dispõe a legislação estadual.

Questão 12

O Município de Suzano firmou contrato de gestão com o dirigente de sua Secretaria Municipal de Educação, ampliando a autonomia gerencial, orçamentária e financeira do órgão e estabelecendo metas de desempenho. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a Secretaria Municipal de Educação:

- A) Passa à categoria de agência reguladora.
- B) Terá o limite de dispensa de licitação ampliado.
- C) Adquire personalidade jurídica de direito público.
- D) Adquire personalidade jurídica de direito privado.

Questão 13

Considere que a legislação de determinada autarquia do Município de Suzano contenha a previsão de, após esgotadas as vias recursais internas, apresentação de recurso hierárquico impróprio ao Chefe do Poder Executivo. Quanto à situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Ao julgar o recurso, a autoridade competente poderá valer-se do instrumento da motivação aliunde.
- B) O referido recurso decorre do Poder Hierárquico que a Administração Direta exerce sobre a autarquia.
- C) Sendo emitido um parecer prévio da Controladoria, antes da tomada de decisão, referido parecer é ato complexo.
- D) Os atos praticados pelo dirigente da autarquia, quando eivados de vício grave de validade, poderão ser revogados.

Questão 14

A União pretende realizar uma licitação de grande vulto, cujo valor está estimado em R\$ 340.000.000,00. Para tanto, deverá realizar uma:

- A) Consulta pública que deve ser realizada com cinco dias úteis de antecedência da data de abertura das propostas.
- B) Audiência pública que deve ser realizada com dez dias de antecedência da data de publicação do edital de licitação.
- C) Audiência pública que deve ser divulgada com pelo menos dez dias úteis de antecedência da data de sua realização.
- D) Consulta pública que deve ser realizada com quinze dias úteis de antecedência da data de publicação do edital de licitação.

Questão 15

O prefeito do Município de Suzano expediu um decreto estabelecendo o horário de funcionamento do setor de protocolo, para melhor atender aos cidadãos. Em relação ao referido ato administrativo, é correto afirmar que:

- A) Classifica-se, quanto ao alcance, como ato administrativo interno.
- B) Cumprido o seu ciclo de formação, é considerado um ato administrativo válido.
- C) Constatado que atende a todos os requisitos de validade, classifica-se como eficaz.
- D) Caso se verifique um vício de validade quanto ao motivo, o ato se classifica como anulável.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 16

Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) O cálculo de proventos de aposentadoria dos servidores municipais ocupantes do cargo efetivo de procurador leva em consideração o exercício de tempo fictício.
- B) O teto remuneratório aplicável aos servidores da Câmara Municipal de Suzano é o subsídio mensal do Vereador, sendo que este não pode ultrapassar o subsídio mensal dos Deputados Estaduais.
- C) Após cumprido o estágio probatório, o servidor municipal concursado pode ser demitido por excesso de despesa do órgão público, desde que instaurado o devido processo administrativo disciplinar.
- D) Um servidor concursado para o cargo efetivo de professor no Município de Suzano pode, havendo compatibilidade de horários, acumular o referido cargo com um emprego de nível médio na iniciativa privada.

Questão 17

No âmbito de um processo administrativo que decide determinado conflito entre dois servidores, foi constatado, por um dos interessados, que o outro interessado possui amizade íntima com a autoridade julgadora. Neste caso, poderá ser alegada a situação de:

- A) Suspeição.
- B) Nepotismo.
- C) Impedimento.
- D) Discricionariedade.

Questão 18

No cômputo de prazo de um processo administrativo, nos moldes traçados na Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que o prazo de:

- A) Um ano conta-se dia a dia, considerando-se 365 dias.
- B) Um mês encerra-se de modo distinto de um prazo de 30 dias corridos.
- C) Cinco dias úteis, publicado em uma segunda-feira, encerra-se na sexta-feira seguinte.
- D) Três dias corridos, publicado em uma sexta-feira, encerra-se na quarta-feira seguinte.

Questão 19

O Município Beta pretende conceder o serviço público de limpeza e conservação das ruas, sendo estimado um custo contratual mensal de R\$ 300.000,00. O contrato terá a vigência de um ano, podendo ser renovado. Considerando a hipótese, é correto afirmar que:

- A) A concessão pode ser realizada na modalidade de parceria público-privada.
- B) A concessão do serviço deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência.
- C) O serviço pode ser remunerado mediante taxa a ser cobrada de cada cidadão local.
- D) O serviço pode ser transferido a pessoa física ou jurídica, mediante contrato de concessão.

Questão 20

O Município Gama pretende alienar, por investidura, uma área remanescente de obra pública, que se tornou inaproveitável isoladamente, avaliada em R\$ 60.000,00, ao proprietário do imóvel lindeiro ao referido terreno. Nesta hipótese, a licitação deve ser realizada na modalidade:

- A) Leilão.
- B) Inexigível.
- C) Dispensada.
- D) Dispensável.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Questão 21

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, sendo certo que tal afirmação refere-se à capacidade de exercício.
- II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- III. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- IV. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Ocorre a prescrição em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo do efetivo registro de sua inscrição.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

Questão 22

Em relação às associações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A qualidade de associado é intransmissível, salvo por sucessão legítima.
- B) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la.
- C) Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.
- D) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 23

Em relação às normas fundamentais do Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- B) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Entretanto, há algumas hipóteses em que tal afirmativa não se aplica; dentre elas, a de tutela provisória de urgência.
- C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- D) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

Questão 24

Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que, EXCETO:

- A) No Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- B) O fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- C) O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- D) Da ação, ainda quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

Questão 25

Em relação ao domicílio, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- B) Do preso, é considerado o último domicílio antes de ser recolhido ao presídio.
- C) O domicílio do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- D) O domicílio do militar é onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

Questão 26

Considera-se litigante de má-fé, EXCETO:

- A) Usar do processo para conseguir objetivo ilegal.
- B) Empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- C) Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- D) Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.

Questão 27

Analise as afirmativas e assinale a correta.

- A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis ou imóveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- B) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa; entretanto, é possível, a critério do autor da ação, propô-la no foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição.
- C) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio de seu curador, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- D) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

Questão 28

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- II. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- III. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- IV. O pseudônimo viola texto constitucional, por se constituir em anonimato reflexo.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 29

Os atos processuais são públicos; todavia, tramitam em segredo de justiça os processos, EXCETO:

- A) Em que exija o interesse público ou social.
- B) Em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- C) Que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, referente a idoso.
- D) Que versem sobre arbitragem; inclusive, sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 30

Reza o Art. 26 do Código Civil que “decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão”. Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados, EXCETO:

- A) O cônjuge, ainda que separado judicialmente.
- B) Os credores de obrigações vencidas e não pagas.
- C) Os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
- D) Os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 31

Determinado Estado da Federação publicou decreto que exige dos consumidores finais e das empresas de construção civil, que venham a adquirir materiais de construção em outro Estado, cadastramento no Portal ICMS Transparente e, ainda, licença para construção e memorial descritivo da obra. Com relação a tais exigências, pode ser afirmado que:

- A) São irregulares, posto que não existe incidência do ICMS para a construção civil.
- B) São inconstitucionais, por ferir o princípio da liberdade de tráfego de mercadorias.
- C) Dizem respeito ao direito do Estado em intervir no âmbito das atividades econômicas, para regulá-las.
- D) Correspondem ao poder do Estado de fiscalizar a ocorrência de fato gerador de tributo de sua competência.

Questão 32

A empresa Delta transferiu equipamentos de seu ativo permanente do Estado Astra para o Estado Beta. Emitiu, para acompanhar tais bens, uma nota fiscal informando, contudo, que não haveria a incidência do ICMS. A Fazenda, entretanto, autouou e multou Delta, emitindo a Certidão de Dívida Ativa correspondente ao valor do tributo que considerou devido. Neste caso, deve prevalecer o entendimento:

- A) Da Fazenda Pública Estadual, uma vez que a circulação de mercadorias é fato gerador do ICMS.
- B) Da Empresa Delta, eis que a exigência do tributo, na hipótese, seria ilegal, por não ter ocorrido o fato gerador do ICMS.
- C) Da empresa Delta, já que a Fazenda deveria, obrigatoriamente, tê-la notificado para apresentar defesa, antes de efetivar a autuação.
- D) Da Fazenda Pública Estadual, pois a simples falta de pagamento no prazo regulamentar de tributo devido autoriza a Fazenda a inscrever a dívida e ingressar com a cobrança judicial.

Questão 33

“É vedado aos Entes Federativos, bem como às fundações públicas e autarquias vinculadas a estas entidades políticas, que desenvolvam atividade preponderantemente relacionada à atuação estatal, que tributem patrimônio, renda e serviços uns dos outros.” O conteúdo desta assertiva representa:

- A) A imunidade recíproca.
- B) O princípio da isonomia.
- C) A discricionariedade tributária.
- D) A isenção das entidades públicas.

Questão 34

Analise as afirmativas, marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A privatividade da competência tributária é característica exclusiva da União.
- () A Constituição Federal determina impositivamente o exercício da competência tributária para cada ente federativo.
- () A opção de criar ou não tributos é uma decisão política dos titulares da atividade legislativa.
- () A competência residual é exercida apenas pela União através de lei ordinária.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, V, V.

Questão 35

As alternativas apresentam hipóteses relacionadas à responsabilidade tributária; assinale a única em que as duas informações estão corretas, sendo, ainda, complementares.

- A) A responsabilidade tributária pode ser atribuída, por lei, para uma terceira pessoa. / Entretanto, o contribuinte, de fato, permanece vinculado ao pagamento do tributo como devedor principal.
- B) Em negócios imobiliários há responsabilidade pessoal dos adquirentes pelos tributos pendentes de pagamento à época da compra e venda. / Não se elide tal responsabilidade na hipótese de arrematação em hasta pública.
- C) Havendo fusão total entre empresas não há transmissão de dívida tributária; isto se dá por que com a fusão não mais existem as empresas fusionadas. / Desta forma, criada empresa nova, não se lhe pode imputar débito que seja anterior à sua existência.
- D) A pessoa que adquire fundo de comércio responde integral e solidariamente com o vendedor pelos tributos devidos relativos ao fundo até a data da aquisição. / Isto ocorre sempre que o adquirente continuar a exploração comercial sob a mesma ou outra razão social.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 36

Trata-se de um meio de defesa, através do qual, mesmo sem garantia do juízo e mediante simples petição, pode o executado alegar determinado vício, lastreado em matérias de ordem pública. Neste caso, estamos tratando de:

- A) Tutela de evidência.
- B) Mandado de segurança.
- C) Exceção de pré-executividade.
- D) Pedido liminar com efeito suspensivo.

Questão 37

“Há vedação expressa para cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”. A afirmativa se refere ao:

- A) Princípio da Legalidade.
- B) Princípio da Noventena.
- C) Princípio da Anualidade.
- D) Princípio da Irretroatividade.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 38

Em relação à organização sindical, analise as afirmativas a seguir.

- I. A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.
- II. É dever dos sindicatos manter serviços de assistência judiciária, médica e escolar para os associados.
- III. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.
- IV. É prerrogativa dos sindicatos representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 39

João é funcionário da empresa Papo Sério. Após o período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 30 dias corridos de férias. Contudo, durante este período, João teve trinta faltas não justificadas. Ao fazer o pedido de férias, João poderá gozar quantos dias?

- A) Doze dias corridos.
- B) Não fará jus a férias.
- C) Dezoito dias corridos.
- D) Vinte e quatro dias corridos.

Questão 40

A rede de empresas Para Tudo Ltda., se recusando a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo decide suspender os trabalhos dos seus estabelecimentos, gerando o lock-out. Em face à paralisação sem prévia autorização da empresa, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro.
- B) A paralisação do empregador pode proporcionar a rescisão indireta do contrato de trabalho pelos empregados.
- C) O lock-out se trata de um direito social dos trabalhadores e de uma garantia fundamental com previsão constitucional.
- D) O empregador ficará obrigado a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

Questão 41

Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre salários e remuneração, é correto afirmar que:

- A) Considera-se gorjeta só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.
- B) A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder a vinte por cento do salário contratual.
- C) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a quarenta e cinco dias, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- D) Terá força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 42

É indispensável adequar os objetivos da Seguridade Social às peculiaridades de cada um de seus subsistemas. De acordo com o parágrafo único do Art. 194 da Constituição da República de 1988, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em diversos objetivos (ou princípios), sendo que um deles estabelece que a meta da Seguridade Social é garantir a proteção universal. Do ponto de vista objetivo, deve-se garantir amparo ao indivíduo em face de toda e qualquer situação de vida que provoque um estado de necessidade. Indique a alternativa que define corretamente o objetivo constitucional da Seguridade Social descrito anteriormente:

- A) Equidade na cobertura.
- B) Diversidade de atendimento.
- C) Universalidade da cobertura.
- D) Universalidade do atendimento.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 43

Rosa sofreu acidente de trabalho e teve o seu requerimento de benefício previdenciário decorrente de acidente do trabalho indeferido administrativamente. Assim, qual é a justiça competente para processar e julgar a ação?

- A) Justiça Federal.
- B) Justiça do Trabalho.
- C) Juizado Especial Federal.
- D) Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

Questão 44

Sobre crime de sonegação fiscal previdenciária, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a consumação do crime de sonegação fiscal previdenciária pressupõem duas omissões sucessivas.
- II. Estando em curso processos administrativos nos quais se questiona a exigibilidade das contribuições devidas ao INSS, não há justa causa para a persecução criminal.
- III. O crime de sonegação de contribuição previdenciária é classificado como delito de caráter formal.
- IV. É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 45

Sobre a cumulação de benefícios previdenciários, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Não há óbice para a acumulação de aposentadoria e pensão por morte.
- B) A regra é que um segurado do RGPS só pode receber, nessa condição (como segurado), um único benefício de cada vez.
- C) Em razão de doença devidamente comprovada por laudo médico e atestada em perícia, é possível o recebimento em conjunto dos benefícios de salário-maternidade com auxílio-doença.
- D) Nada obsta que um indivíduo seja beneficiário de duas aposentadorias, quando decorrentes de regimes previdenciários diversos. Na verdade, é possível que um indivíduo perceba, simultaneamente, até três aposentadorias decorrentes de regimes previdenciários diversos.

LEGISLAÇÃO

Questão 46

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A autoridade competente dispensará a sindicância quando do expediente constar indícios suficientes quanto à autoria e materialidade da infração.
- II. São impedidos de participar de comissão de sindicância ou do processo administrativo disciplinar, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- III. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá noventa dias, improrrogáveis, contados da data de publicação do ato que instaurar o processo.

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano, assinale a alternativa correta.

- A) A afirmativa II é falsa.
- B) As afirmativas II e III são verdadeiras.
- C) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- D) A afirmativa I é verdadeira e a III é falsa.

Questão 47

A Lei nº 4.392/2010, do Município de Suzano, dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores.

Nos termos da norma, é correto afirmar que:

- A) Faixa de vencimento: é a escala de padrões de vencimento atribuídos a uma determinada referência.
- B) Referência: é a elevação do padrão de vencimento do servidor para o padrão imediatamente superior.
- C) Progressão: é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para a promoção do servidor.
- D) Interstício: é a designação numérica indicativa da posição do cargo na hierarquia da tabela de vencimento.

Questão 48

Em relação ao regime disciplinar, no prazo de vinte dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em dez dias.
- II. Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.
- III. Se a penalidade prevista for a suspensão ou cassação de disponibilidade, o julgamento caberá ao Chefe do respectivo Poder, conforme o caso.

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano, assinale a alternativa correta.

- A) A afirmativa II é falsa.
- B) As afirmativas II e III são verdadeiras.
- C) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- D) A afirmativa I é verdadeira e a III é falsa.

**CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO/SP –
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Questão 49

Quanto às gratificações e adicionais, previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano, é correto afirmar que:

- A) Além do vencimento e das demais vantagens previstas no estatuto, serão concedidos aos servidores a cesta básica e o auxílio-creche.
- B) A gratificação natalina corresponderá a um doze avos por mês de efetivo exercício no ano, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.
- C) As vantagens pecuniárias poderão ser acumuladas, para efeito de concessão de outros acréscimos, desde que devidamente autorizado pela chefia imediata.
- D) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade poderá receber ambos com redução percentual de cinquenta por cento em cada um.

Questão 50

Em relação às licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano, analise as hipóteses a seguir.

- I. Para capacitação.
- II. Por motivo de afastamento do cônjuge.
- III. Para desempenho de mandato em Sindicato da categoria.
- IV. Para tratar de interesses particulares.

Quanto à remuneração, assinale a alternativa correta.

- A) A licença prevista em III é remunerada.
- B) A licença prevista em I não é remunerada.
- C) As licenças previstas em I e IV são remuneradas.
- D) As licenças previstas em II e III não são remuneradas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.; e que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. É proibido também o uso de telefone celular no final da aplicação das provas, enquanto o candidato estiver dentro da Unidade de Aplicação.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída de sanitários.
4. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior Completo; 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Médio e Médio Técnico; e, 30 (trinta) questões para os cargos de Nível Fundamental Completo.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao emprego a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) que lhe foi fornecido está correto. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. Terão duração de 3h (três) horas as provas para os cargos de Nível Fundamental Completo e 4h (quatro) horas para os cargos de Nível Médio, Médio Técnico e Superior Completo. Esse período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito), devidamente assinado no local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá se retirar do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e, ainda, pelo Coordenador da Unidade de Aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.